
MEU CORPO NÃO É MEU? Gênero, Corpo e sexualidade na escravidão Maranhense.

NILA MICHELE BASTOS SANTOS¹

DR. MARIZE HELENA CAMPOS (ORIENTADORA)

O presente artigo constitui-se em um aspecto das pesquisas realizadas para a dissertação de mestrado, sobre as relações de poder e afetividade entre senhores e escravizados no Maranhão setecentista. Para esta discussão centramos nossas análises nas relações de gênero e escravidão que se construíram na sociedade maranhense do sec. XVIII, evidenciando o papel das mulheres escravizadas nesse contexto.

As fontes utilizadas foram primordialmente os Testamentos do Maranhão colonial, especificamente 80, compreendidos entre 1700 a 1799 e que foram transcritos no Livro “Cripto maranhense e seu legado” e o Livro de Denúncia nº212: 1762 a 1782, disponível no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), que entre outros casos, denuncia concubinatos entre escravas e seus senhores, e os Processos de Divórcios, entre 1729 e 1799, que também foram analisados na tese da Professora Maria da Glória, e encontram-se disponíveis no Arquivo da Arquidiocese de São Luís – Ma.

Como metodologia, optamos por um estudo orientado pela visão da História Cultural, pois entendemos que as experiências dos sujeitos são históricas e culturalmente construídas de maneira individual, mas também coletivas. A categoria de gênero seguirá na visão pós-estruturalista de Joan Scott (1989, p.21), que define o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

O Corpo também é visto como categoria neste estudo e corroboramos com a visão de Elizabeth Grosz (2000) que no artigo, “Corpos reconfigurados”, recusa um modelo único e padrão para o estudo do corpo. Evidenciando a diversidade e apresentando a pluralidades ela cria um campo na qual o corpo pode ser visto como lugar inscrições, produções ou constituições sociais, política, culturais e geográficas. (GROSZ: 2000, p. 82).

¹ Mestranda em História Social (Universidade Federal do Maranhão). E-mail: nilamichele@yahoo.com.br

Procurou-se, principalmente desprendermos das noções de identidades fixas, percebendo assim uma complexa rede de experiências humanas incapazes de serem compactadas apenas em uma única explicação. Ao contrário de uma noção única, compreendeu-se que a História é plural e a revelação da diversidade de experiências dos indivíduos que a constrói, bem como seu estudo aprofundado, conduz potencialmente a uma melhor compreensão dos aspectos significativos da própria vida.

1. O SILENCIO SOBRE AS MULHERES

Michele Perrot, em sua obra “As Mulheres e os silêncios da História” já assinalava sobre o pouco espaço destinado as mulheres na narrativa histórica, “esta ausência no nível da narrativa é acompanhada por uma carência de traços no domínio das ‘fontes’ nas quais o historiador se alimenta, devido ao déficit de registro primário” (PERROT:2005, p.33).

No que se refere à mulher escrava o silencio ainda é maior, mesmo a documentação apontando para um número mais elevado de alforrias para mulheres que para os homens, poucos ainda são os estudos no qual elas são as protagonistas.

Assim como outros “marginalizados” da História o estudo das mulheres negras escravizadas só é possível dentro da perspectiva das migalhas, nos indícios deixados pelos discursos postos, nas pistas de um cotidiano, nos sinais e nos silêncios das fontes. E embora não possamos acessar de fato a subjetividade dos envolvidos, podemos, nos mover no âmbito do provável, longe do etnocentrismo inocente (GINZBURG 2002, p.41). E através da leitura semiótica das “entre linhas” e “espaços em brancos”, da fala dos dominantes, conceber o cotidiano do sistema escravista de uma maneira diversa, uma que contribua para a superação de um fetiche introjetado no senso comum, de inferioridade e passividade da mulher e do escravizado.

Pela ótica dos historiadores da década de 1970, a figura do escravo foi apenas mais uma ferramenta na macroestrutura do sistema econômico. Ele não era um ser, mas sim uma mercadoria que trabalhava, fruto de um modo de produção escravista, “historicamente novo”, onde os castigos considerados “pedagógicos” eram rotineiros e diários, o que implicava em um clima de aterrorização permanente da massa escrava (GORENDER: 1978), essa violência estrutural era vista como inata ao sistema e confirmava a face cruel da escravidão e a passividade do escravo.

Nessa perspectiva a mulher escrava não passava de uma peça, da qual o sistema escravista utilizava para gerar lucros. Além de sua força de trabalho como agricultora,

cozinheira, lavadeira, arrumadeira, mucama, etc. a lógica da escravidão também se apropriou do corpo feminino da escrava, alugando-as como ama-de-leite, prostituindo-as ou mesmo tornando-as alvos dos ataques sexuais dos senhores.

Segundo Sônia Giacomini, (apud Pacheco: 2006, p. 163),

A lógica da sociedade patriarcal e escravista parece delinear seus contornos mais brutais no caso da mulher escrava. A apropriação do conjunto das potencialidades dos escravos pelos senhores compreende, no caso da escrava, a exploração sexual do seu corpo, que não lhe pertence pela própria lógica da escravidão.

Não queremos diminuir o caráter violento da escravidão, mas essa concepção “lógica” do sistema, antes de desmistificar os estereótipos, mantém a mulher escrava como um indivíduo incapaz de resistir à coisificação que lhe era imposta e inerte aos ditames do senhor.

No testamento de João Theófilo de Barros, rico proprietário do Maranhão setecentista (MOTA; SILVA; MANTOVANI: 2000, p.76), vemos a construção de laços que são inexplicáveis somente por essa visão dialética de dominação e opressão. Em seu desejo post-mortem, João Theófilo preocupou-se com uma escrava em particular, determinou, portanto como ficaria seu sustento, seu modo de viver, quem garantisse seu vestiário, as pessoas que iriam servi-la e até com seus rituais fúnebres, fazendo questão de enterrá-la com todas as honras que se dispunha a época, como se percebe no seguinte trecho:

Declaro mais que tenho hua' Preta minha escrava por nome Sylvana may dº prº meu testamenteyro a qual pello bom servisso que me tem feito pelo amor de D.º e como Couza pia a deyxo forra, livre e izenta de captyveiro de que ficara com o mesmo filho enquanto elle dº lhe der o que tratamento he may, obridigo [sic] de may como seo {{203v}} Como seu vestuário todos os anos na forma que o fazia, e morrendo esta a levava a Villa a enterrar em tumba e a acompanhada com as comunidades [ileg] com seu officio e todas as missas de corpo presente dos sacerdotes que se acharem, e lhe dara este hua' rapariga pequena para servir. . (MOTA; SILVA; MANTOVANI: 2000, p.79)

A preocupação de João Theófilo com Sylvana contraria um relacionamento senhor–mercadoria e a própria coisificação do sujeito escravizado, pois os indícios nos levam a crer que esta escrava tornou-se especial aos olhos de seu senhor e conseguiu por meio disso criar espaços de liberdade que garantisse sua sobrevivência como indivíduo autônomo.

É apenas na década de 1980 que os historiadores vão à busca da subjetividade do escravo sem defender uma “democracia racial”. Kátia Matoso, por exemplo, analisando variada documentação como cartas de alforria, processos judiciais e arquivos policiais, propõem-se a reconstituir a visão do escravo sobre sua condição de cativo, analisando a sua despersonalização quando transformado em mercadoria e a construção de novos espaços em

que ele pudesse construir uma identidade, que garantisse seu status de pessoa. Segundo ela "Ser escravo no Brasil", título de seu livro,

Não é uma figura de estilo, implica o desejo de adotar o próprio ponto de vista do escravo. Apontar a vontade de acompanhar cada passo de sua vida individual e coletiva [...] Buscamos penetrar na mentalidade desses homens novos, escravos africanos, escravos crioulos, isto é, os nascidos no Brasil, [...] de todos os tipos e cores de peles e pêlos. (MATOSO: 1982, p.12)

Matoso abriu espaços para pensar a escravidão sobre outro prisma - a necessidade do escravo de adaptar-se ao cativeiro e encontrar formas para sobreviver melhor. Nesse cotidiano o cativo buscou lançar mão de estratégias e negociações com seus senhores que lhes rendesse espaços para negar a coisificação imposta pelo sistema.

É nesse sentido que Maria Odila Leite analisa a São Paulo do século XIX, revelando a complexidade das relações pessoais que uniam escravas e proprietários. Segundo ela, alguns destes tinham seus sustentos todo providos pelo pecúlio das escravas ganhadeiras, de modo que a improvisação dessa subsistência, no seu dia a dia, implicava numa dependência mútua que oferecia à escrava a oportunidade de ter sua importância reconhecida e gratificada. Como a própria Maria Odila afirma (1984, p.162):

O treino e a esperteza de vendedoras de ganho, que garantia a sobrevivência das proprietárias, também se desdobravam numa dimensão exclusiva das próprias escravas, avós e mães solteiras sustentavam suas famílias morando em quartos de aluguel pela cidade, principalmente na Sé; como escravas usufruíam da confiança de suas donas, que com frequência acabavam por alforriá-las; além disso, gozavam de prestígio e de influência entre os próprios escravos, tornando-se líderes de seu convívio social e religioso: no seu cotidiano de trabalho e de lazer, alternavam os cantos estratégicos de comércio ambulante com a intensidade de 'pontos' mágico - religiosos dos seus cultos improvisados.

Esses estudos mostram caminhos possíveis para temas antes desprezados e que hoje ajudam a construir uma História na qual os sujeitos não sejam apenas dados quantitativos ou, as vítimas da exclusão social, ou ainda meros depositários de um único discurso homogeneizador. Mas no que diz respeito à mulher escrava, muito ainda é preciso avançar.

2. NOVAS VISÕES: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E IDENTIDADE.

Nas relações escravistas do Maranhão setecentista o "ser escrava" adquiria uma variedade de definições, pois cada indivíduo (homens, mulheres, escravos, livres, senhor, senhoras...) forjavam suas teias relacionais e de sociabilidade de acordo com suas necessidades. Não cremos, portanto em noções de identidades fixas que reduzem os processos

históricos e impedem a visualizações de relações opostas às coercitivas, dentro de um sistema econômico que também é político e cultural.

Logo é necessário implodir com essas representações que estabilizaram o mundo social e definiram os papéis de pertencimento ligado às culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e de gênero, em que os indivíduos são vistos como um sujeito unificado e fechado em si. As especificidades de cada grupo devem ser analisadas como campos historicamente plurais, dentro de práticas discursivas e materiais, frutos não de uma, mas de várias identidades, algumas vezes conflitantes e até não determinada. Nessa perspectiva Stuart Hall (2006, p. 12-13) reflete,

A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora 'narrativa do eu'. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, em cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente.

Corroborando dessa ideia, as mulheres escravizadas e senhores no Maranhão setecentista não foram categorias fixas; as relações criadas entre eles revelam um aspecto cultural de uma clivagem social de hierarquias e a construção de rede de sociabilidades que desenvolviam novas identidades,

Como a identidade é, em parte, sustentada pelos outros, ela é afectada tanto pelas alterações produzidas nas redes de sociabilidade do actor, como pelas alternativas que lhe são oferecidas. A experiência da identidade torna-se mais diversificada e instável porque os seus pontos de ancoragem e os seus referenciais também o são. A identidade já não está apenas ligada à pertença, mas também ao desejo de pertença e àquilo que é necessário fazer para o concretizar. (BRANDÃO: 2010, p. 19)

Desse modo, os sujeitos escravizados no Maranhão setecentista, buscando sobreviver da melhor maneira possível, criaram estratégias ligadas a um desejo de pertença e necessidade de reconhecimento. Os concubinatos entre senhores e mulheres escravas, as alforrias “pelos bons serviços que me tem feito”, ou “pela lealdade com que me serviu” e ainda a herança deixada para filhos de escravas, pode ser apontado como um exemplo do que estamos falando.

Ao ditar seu testamento em 1751, João Theófilo declara não possuir “herdeiro algum forçado”, afirmava na verdade, que sempre vivera solteiro. Entretanto, viver solteiro na sociedade colonial do século XVIII, não significava necessariamente viver só, o proprietário instituiu como seu universal herdeiro o filho de uma escrava,

[...] Em pr^o lugar pesso ao mosso José Bruno que criei em minha caza em segundo lugar ao R.Pe.M.el de Souza queirao’ por servisso de D.s {{119v}} de Deos e por me fazerem mce serem meus testamenteiros [...]// E pa que não haja dúvida algua’ soubre meu pr^o testamenteiro por ser filho de hua’ minha escrava por nome Silvana já desde agora lhe dou plena Liberdade pello amor de D^o [...].(MOTA; SILVA; MANTOVANI: 2000, p. 75)

[...] tenho disposto instituo Universal herdeiro pello amor de Deos e por me ajudar com todo cuidado no trabalho das minhas fazendas ao dito meu Pr^o testamenti^o Joze Bruno de Bayrros [...]. (MOTA; SILVA; MANTOVANI: 2000, p. 81)

Jose Bruno era filho de Sylvana, a mesma escrava que teve seu modo de viver e os ritos fúnebres garantidos no testamento do proprietário. Isto não significa dizer que essas mulheres escravas, que compartilhavam uma vida com seus senhores eram indivíduos puramente racionais e premeditavam conscientemente suas condutas, mas na verdade reconhecer que era possível forjar espaços de escolhas diante das condições sociais em que estavam.

João Theófilo não deixou apenas Jose Bruno como herdeiro, inúmeras pessoas entre livres e escravas receberam uma parte da herança, uns mais outros menos, diferenças que demonstrava os vários níveis de predileção deste senhor. Em especial, ele deixa a três meninas, “crias da casa”, bens consideráveis, os motivos são expostos por ele da seguinte maneira:

Declaro que em minha casa criei tres raparigas com todo amor e caridade por assim mo merecerem, as quais se chamam Ana Luzia e Cosma [...].

Declaro que a dita mossã Ana tive em hua’ m.er casada, digo Ana e recolhi a ma casa pelo amor de D.^o por encobrir hua’ falta de sua may m.er casada[...].

Declaro que a rapariga Luzia que criei tão bem em casa com muita caridade é filha de hua’ minha serva já falecida por nome Romana por cja causa pelo amor de Deus a deixo forra e livre[...].

Declaro da mesma forma ter em minha casa outra rapariga por nome Cosma filha de outra minh escrava já falecida chamada Sizilia por cuja causa a deixo pelo amor de D.^o forra livre e isenta de toda pensão de captiveiro [...].(MOTA; SILVA; MANTOVANI: 2000, p. 77)

A todas João Theófilo deixou bens como panos, louças, colheres, roupas finas e escravos, preocupou-se também com o futuro delas, deixando-lhes um bom dote, mas o condicionando, assim como a herança recebida, a um casamento com “pessoa capaz”, desse modo João Theófilo seguia a premissa da época, “casar e comprar cada qual com seu igual” (CORREIA, 2004, p. 109) e elegia Jose Bruno como responsável pelo sustento dessas moças,

até seu casamento. Infelizmente, não temos subsídios para justificar a predileção de João Theófilo, mas nem essa é nossa intenção, desejamos na verdade demonstrar que para compreender a complexidade das relações escravistas é necessário ir além do que foi posto pelos estudos da História política e econômica. As relações entre homens e mulheres; escravizados e sujeitos livres, se forjavam na vida diária, nas microesferas ora públicas ora privadas, nas relações de afetividade que foram construídas e no poder exercido.

Nos processos de divórcios vemos a contestação desse discurso de passividade. As “sevícias atrozes” são constantemente citadas como causa para pedido das separações, as mulheres reclamavam da violência com que eram tratadas, mas também se queixavam da falta de amor e respeito. Seus desejos íntimos são expostos no espaço público e por anos foram relegados à marginalidade pelos historiadores, por acreditarem que aspectos tão subjetivos não eram em tão alto grau relevante quanto o mundo público, sobretudo político e econômico. A intimidade do mundo privado não contava como história e mesmo com a ascensão da História do cotidiano² e uma História da Vida Privada³, os sentimentos que aqui denominaremos como afetividades ficaram relegados a segundo plano.

Entretanto, é na década de 1970 e na antropologia norte-americana que as autoras percebem o grande impulso ao estudo dos comportamentos, aos conceitos de pessoa, de self e das emoções, quando a cultura passa a ser definida como uma “teia de significados” (GEERTZ, 1989). De acordo com suas palavras, essa teria a mola propulsora para que, na década de 1980, as emoções passassem a ser pensadas mediante um viés relativista e, mais recentemente, mediante uma leitura contextualista, que procura apontar não só para a pluralidade de expressões culturais das emoções entre grupos, mas também no interior de um mesmo grupo, à luz do debate sobre relações de poder e do que denominam de seu potencial “micropolítico”. (CARNEIRO: 2013, p. 647-648)

Na historiografia estudos sobre as afetividades femininas são ainda pouco conhecidos ou, infelizmente, desmerecidos pelos historiadores, contudo ao nos debruçar sobre o tema, no Maranhão colonial, procuramos desvendar o que essas mulheres julgavam como valoroso ou prejudicial para si, as emoções que apreciavam, menosprezavam ou ainda as que ignoravam ao formar seus laços afetivos, pois a afetividade assim como as “emoções são, acima de tudo, instrumentos de sociabilidade. Elas não apenas são socialmente construídas e ‘sustentam e reforçam sistemas culturais’, mas também agem sobre relações humanas em todos os níveis, da conversa íntima entre cônjuges as relações globais” (ROSENWEIN: 2011, p. 37)

² Ver CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. 16a Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

³ ARIËS, P. **Por uma história da vida privada**. In ARIËS, P. e CHARTIER, R., História da Vida Privada, vol 3, p. 7-19. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1997

Logo ao referirem ao “amor negado”, “a amizade rejeitada”, ao “desprezo com que é tratada” percebemos, ainda que sem a certeza, a existência de um ideal, se não comum e cotidiano, no mínimo almejado. Segundo Maria da Glória Guimarães Correia (2004), os indícios de que “um amor romântico” já se desenhava no período, podendo ser percebido nas falas das suplicantes de divórcios que afirmavam servir seus maridos com “todo amor e afeto conjugal”, ao contrário deles que as tratavam com pouco caso e desamor,

Silvestre, seu marido, sempre a tratou “com pouco caso e desamor” fazendo com que em sua vida de casados houvesse “huma imperfeição muy descomposta: porque sem amor não há paz gostosa nem conformidade bem lograda”. Enfim, estava-se então no ano de 1798, de modo que a cantilena de D. Francisca Thereza Barboza representava um sinal de que o amor romântico chegava. (CORREIA, 2004, p. 183) (Grifo nosso).

Talvez, não um “amor romântico” como a autora afirma, pois esse termo nos remete ao ideal do século XIX, mas uma afetividade historicamente construída em sua própria época.

O que era posto como “pouco caso e desamor” pode não ter a mesma conotação que hoje ou no sec. XIX, ao passo que no Maranhão setecentista era arrolado para causas de divórcios.

Os adultérios com amasias, em sua maioria negras e mulatas, também foram outro motivo muito utilizado para os pedidos de divórcios. As suplicantes acusavam seus maridos de subverter a moral cristã, tratando suas amasias como deviam tratar suas esposas e a estas últimas restava serem tratadas como escravas.

Casos com escravas e mesmo os amasiamentos não foram incomuns no Maranhão setecentista, “O concubinato era, então, o lugar onde as relações sexuais e mesmo afetivas com mulheres de cor tinha seu espaço garantido. Muito rapidamente teria se proliferado essa prática de amancebamentos sem legitimação in facie Ecclesiae.” (MENDONÇA, p. 212). O cuidado com que alguns senhores tratavam essas mulheres, escravizadas ou não, é visto na documentação, e por vezes a afeição por elas puderam ganhar proporções ao ponto destas beneficiar outros, como podemos observar neste trecho de seguinte testemunho:

A mesma dita escrava criou com muito trabalho uma rapariga mameluca chamada Januária, a qual fazendo pela honra a deixo forra, livre e isenta de cativo e se casar sendo com pessoa capaz se lhe dara cinco rolos de pano. [...](MOTA; SILVA; MANTOVANI: 2000, p. 79).

Vestir, alimentar, dar-lhes escravos para servir, cuidar daqueles a quem esta “criava com muito trabalho”, são indícios de relações pautadas em vínculos de afetividades e

afetivo-sexuais e por mais que esses contatos tenham sido forçados pelos proprietários, acreditamos que essas mulheres escravizadas souberam, com eficácia e pragmatismo, aproveitar a situação para criar seus espaços de autonomia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da história da escravidão, à luz da documentação, traz novos olhares sobre o tempo e a trajetória das mulheres escravizadas, que muito mais que o mero sobreviver, elas buscaram estratégias que garantissem um “bem viver”.

Assim, muitas alcançaram a liberdade “pelos bons serviços prestados”, seduziram, deixaram-se seduzir, tiveram filhos com seus senhores e garantiram seus espaços de autonomia.

Mulheres como Sylvana souberam utilizar dessas estratégias e suas trajetórias nos ajudam a questionar as categorias estanques que buscam explicar as relações por determinismos biológicos ou por binarismos de oposição.

Tanto as escravizadas quanto as mulheres livres, no Maranhão setecentista, delimitaram seus espaços e criaram representações que devem ser pensadas a partir de suas existências e relações cotidianas e de gênero. Homens e Mulheres, livres e escravizados no Maranhão setecentista conviveram sob o mesmo signo da cultura e a hierarquia dos papéis sociais a quais estão submetidos não podem ser encarados como estado de natureza fixa, apesar de seguirem códigos pré-determinados,

Regras, como culturas, não são nem puramente aleatórias nem rigidamente determinadas – o que quer dizer que ambas envolvem a ideia de liberdade. Alguém que estivesse inteiramente eximido de convenções culturais não seria mais livre que fosse escravo delas. (EAGLETON, 2005, p.13).

Os sujeitos históricos, portanto não são meros fantoches de seus meios sociais, tão pouco a realidade em que estão inseridos é facilmente modificada a partir de vontades individuais. É no coletivo que as categorias vão moldando-se e introduzindo-se no mundo, em um grau de autorreflexividade constante e mutável.

REFERENCIAS

- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

- BRANDÃO, Ana Maria. **“Identidades sexuais e de gênero: do modelo de análise ao percurso de investigação”**. In. BRANDÃO, Ana Maria. *E se tu fosses um rapaz? Homoerotismo feminino e construção social da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2010. pp.17-41
- CARNEIRO, Rosamaria. **Antropologia das Emoções: retomando concepções e consolidando campos**. *Physis* [online]. 2013, vol.23, n.2, pp. 647-652.
- CORREIA, Maria da Gloria Guimarães. **Do Amor nas terras do Maranhão: um estudo sobre o casamento e o divorcio entre 1750 e 1850**. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004. 339 p
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- GROSZ, Elizabeth. **“Corpos Reconfigurados”**. *Pagu* (14), 2000, pp. 45-86
- LOURO, Guacira Lopes. **“Gênero, sexualidade e poder”**. In. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 7.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. pp. 37-55
- MOTA, Antonia da Silva; SILVA, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. *Cripto maranhenses e seu legado*. São Paulo: Siciliano, 2000
- NICHOLSON, Linda. **“Interpretando o Gênero”**. *Estudos Feministas*, vol. 8, n. 2, 2000, p. 9-41
- PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras — um diálogo com o tema**. *Estudos Afro-Ásia*, 34 (2006), p. 153-188.
- PERROT, Michelle et al. **História das Mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: ensaio de historiografia**. *Revista Gênero*. Niterói, 2.sem. 2001, v. 2, n. 1, pp. 7-30
- QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Escravidão Negra em debate*. IN: FREITAS, Marcos César de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 6. ed., São Paulo: Contexto. 2007
- GROSSI, Mirian Pillar (Org). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 21-41
- ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções, problemas e métodos**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- SCOTT, Joan. **Gênero: categoria útil para a análise histórica**. 3.ed. Recife: S.O.S Corpo, 1996. p. 1-20 pdf.